NOTIFICAÇÃO Nº 27338/2011
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 265382
NOTIFICAÇÃO Nº 27338/CONJUR/2011

À

JOSE UBIRAJARA CALDAS ARAUJO
 Endereço: CORONEL JOSE PORFIRIO S/N – BAIRRO: JARDIM INDEPENDENTE II

CEP: 68.370-000 – Altamira-Pa

Pelo presente instrumento, fica JOSE UBIRAJARA CALDAS ARAUJO, CNPJ nº 05.004.502/0001-04 notificado, de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 335967/2008, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº 1367/2008, por estar exercendo atividade de torneio de pesca, sem a devida Licença do Órgão Ambiental competente, no qual o Secretário de Estado de Meio Ambiente em consonância com o Parecer Jurídico nº 660/2009 nos termos que dispõe o art. 118, I e VI da Lei nº 5.887/95, bem como art. 60 da Lei Federal nº 9.605/98 aplicou a penalidade de MULTA SIMPLES, no valor de 7.500 UPF's, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, I; 122, I, todos da Lei Instituidora da Política do Meio Ambiente.

Esclarecendo que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10 (dez), contados a partir da data da publicação desta notificação, importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia calculando cumulativamente sobre o valor do debito e sua imediata inscrição na Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142, parágrafo único e 144, §1º respectivamente, da Lei Estadual nº 5.887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data da publicação dessa notificação, de acordo com o disposto nos artigos 3º, II e 4º do Decreto nº 1.177/08.

O autuado poderá oferecer recurso ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, no prazo de 10 dias, a contar da data da publicação da presente notificação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o art. 138, §1º, inciso III e §3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

DIÁRIA

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 258783
PORTARIA: 1.490/2011

Objetivo: 1. AOS TÉCNICOS: REALIZAR FISCALIZAÇÕES. 2. AOS MOTORISTAS: CONDUIZIR VEÍCULO OFICIAL.

Fundamento Legal: ART. 145 DA LEI 5.810 E SEUS PARÁGRAFOS.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL

Destino(s):

SÃO FÉLIX DO XINGU/PA - Brasil<br

Servidor(es):

56204301/FERNANDO MESQUITA RIBEIRO (MOTORISTA) / 8.5 diárias (Completa) / de 16/07/2011 a 24/07/2011

58245912/FRANCISCA SOLANGE GOMES CHAVES LUZ (BIOLOGO/GERENTE) / 8.5 diárias (Completa) / de 16/07/2011 a 24/07/2011

571752991/JOSEANE ALMEIDA LIMA (ENG. AGRONOMO) / 8.5 diárias (Completa) / de 16/07/2011 a 24/07/2011

571942361/MICHEL ROBSON DE SOUZA NAZARE (MOTORISTA) / 8.5 diárias (Completa) / de 16/07/2011 a 24/07/2011

51310061/REYNALDO SILVA SANCHES (QUÍMICO INDUSTRIAL) / 8.5 diárias (Completa) / de 16/07/2011 a 24/07/2011

154581/SANDRA MARIA DE FIGUEIREDO AQUINO (ENG. AGRONOMO) / 8.5 diárias (Completa) / de 16/07/2011 a 24/07/2011<br

Ordenador: TERESA LUSIA MARTIRES COELHO CATIVO ROSA
 EDITAL DE COMUNICAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 264099

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Secretária de Estado de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, comunica aos órgãos, instituições governamentais e não governamentais e à população, que em 13/06/2011, foi protocolado sob o nº 16300/2011, para análise nesta Secretaria, objetivando a concessão de licença ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, do empreendimento Estação de Transbordo de Cargas – ETC, a ser localizado no Distrito de Miritituba, município de Itaituba, de interesse da empresa Rio Turia Serviços Logístico LTDA.

Informa, ainda, que a documentação referente ao Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, encontra-se a disposição dos interessados para consulta na biblioteca desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, sito à Trav. Lomas Valentinas, 2717 – Marco e através do site www.sema.pa.gov.br.

Comunica, finalmente, que de acordo com o Art. 106, da Lei nº 5887, de 09 de maio de 1995, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, esta Secretaria determina o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para solicitação de Audiência Pública, a contar da data de publicação.

Belém, 27 de julho de 2011

Teresa Luisa Mártires Coelho Cativo Rosa

Secretária de Estado de Meio Ambiente

NOTIFICAÇÃO Nº. 27517/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 265040

NOTIFICAÇÃO Nº. 27.517 DE 28/06/2011-CONJUR

À: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA ESPERANÇA DE JESUS CRISTO
 ENDEREÇO: RUA DOMINGOS SOUZA, SNº, BAIRRO: ESTRELA REAL

CEP: 68.440-000 CASTANHAL-PA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, FICA ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA ESPERANÇA DE JESUS CRISTO, CNPJ Nº 06.927.712/0001-37, NOTIFICADO, DE ACORDO COM O QUE CONSTA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 422596/2008, NO QUAL FOI LAVRADO O AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 1217/2008, POR ESTAR EXERCENDO ATIVIDADE DE OCUPAÇÃO, SEM A DEVIDA LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, NO QUAL A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER JURÍDICO Nº. 328/2009, NOS TERMOS QUE DISPÕE O ART. 118, INCISO VI DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/1995, APLICOU A PENALIDADE DE MULTA SIMPLES, NO VALOR DE 30.000 UPF'S, CUJO RECOLHIMENTO DEVERÁ SER PROVIDENCIADO NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, CONTADOS DA DATA DA PUBLICAÇÃO, DEVENDO AINDA V. SA. APRESENTAR UM PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, TAMBÉM CONTADOS DA DATA DA PUBLICAÇÃO, EVIDENCIANDO AS ETAPAS E PRAZOS NECESSÁRIOS À DEVIDA COMPATIBILIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO COM DISPOSIÇÃO DO EMPREENDIMENTO COM O DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE E APLICÁVEL SUBMETIDO, POSTERIORMENTE, À APRECIAÇÃO DESTA SECRETARIA, SOB PENA DE, NÃO CUMPRIMENTO SOFER PENALIDADE DE MULTA DIÁRIA, FIXADA DESDE JÁ EM 3.000 UPF'S, DE ACORDO COM O PREVISTO NOS ARTS. 115; 119, II; 120, II; 122, II E §4º, TODOS DA LEI INSTITUIDORA DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE.

ESCLARECENDO QUE A MULTA IMPOSTA PODERÁ SOFRER REDUÇÃO DE 20% (VINTE POR CENTO), CASO SEJA EFETIVADO O PAGAMENTO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS E A NÃO QUITAÇÃO DO DÉBITO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA NOTIFICAÇÃO, IMPORTARÁ NO ACRÉSCIMO MORATÓRIO DE 1% (UM POR CENTO) AO DIA, CALCULANDO CUMULATIVAMENTE SOBRE O VALOR DO DÉBITO E SUA IMEDIATA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, PARA COBRANÇA JUDICIAL, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 142, PARÁGRAFO ÚNICO E 144, §1º RESPECTIVAMENTE, DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/95. ADEMAIS, PODERÁ SER FEITO O PEDIDO DE PARCELAMENTO DA MULTA IMPOSTA NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 5 (CINCO) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA NOTIFICAÇÃO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 3º, II E 4º DO DECRETO Nº. 1.117/08. O AUTUADO PODERÁ OFERECER RECURSO AO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA DA PRESENTE NOTIFICAÇÃO, PODENDO PRODUIR AS PROVAS QUE JULGAR NECESSÁRIA EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 143 DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/95.

ESTE EDITAL ESTÁ ESTABELECIDO, CONFORME ART. 138, § 1º, INCISO III E § 3º DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/95, NÃO CABENDO NOVA NOTIFICAÇÃO.

NOTIFICAÇÃO Nº. 27405/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 265028

NOTIFICAÇÃO Nº. 27.405 DE 22/06/2011-CONJUR

À: VALE DO SAL INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA - ME

ENDEREÇO: ROD. PA 102, KM 25, SNº - BAIRRO: VILA CARDOSO
 CEP: 68.620-000 VISEU-PA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, FICA VALE DO SAL INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA- ME, NOTIFICADO, DE ACORDO COM O QUE CONSTA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 95965/2007, NO QUAL FOI LAVRADO O AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 0369/2007, POR ESTAR EXERCENDO ATIVIDADE DE DESDOBRO DE MADEIRA E PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL, SEM A DEVIDA LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, NO QUAL A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER JURÍDICO Nº. 4551/20011, NOS TERMOS QUE DISPÕE O ART. 118, I E VI DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/1995, APLICOU A PENALIDADE DE MULTA SIMPLES, NO VALOR DE 8.000 UPF'S, CUJO RECOLHIMENTO DEVERÁ SER PROVIDENCIADO NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, CONTADOS DA DATA DA PUBLICAÇÃO, DE ACORDO COM O

PREVISTO NOS ARTS. 115; 119, II; 120, II; 122, II; 132, VI, TODOS DA LEI INSTITUIDORA DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE. ESCLARECENDO QUE A MULTA IMPOSTA PODERÁ SOFRER REDUÇÃO DE 20% (VINTE POR CENTO), CASO SEJA EFETIVADO O PAGAMENTO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS E A NÃO QUITAÇÃO DO DÉBITO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA NOTIFICAÇÃO, IMPORTARÁ NO ACRÉSCIMO MORATÓRIO DE 1% (UM POR CENTO) AO DIA, CALCULANDO CUMULATIVAMENTE SOBRE O VALOR DO DÉBITO E SUA IMEDIATA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, PARA COBRANÇA JUDICIAL, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 142, PARÁGRAFO ÚNICO E 144, §1º RESPECTIVAMENTE, DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/95. ADEMAIS, PODERÁ SER FEITO O PEDIDO DE PARCELAMENTO DA MULTA IMPOSTA NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 5 (CINCO) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA NOTIFICAÇÃO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 3º, II E 4º DO DECRETO Nº. 1.117/08. O AUTUADO PODERÁ OFERECER RECURSO AO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA DA PRESENTE NOTIFICAÇÃO, PODENDO PRODUIR AS PROVAS QUE JULGAR NECESSÁRIA EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 143 DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/95.

ESTE EDITAL ESTÁ ESTABELECIDO, CONFORME ART. 138, § 1º, INCISO III E § 3º DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/95, NÃO CABENDO NOVA NOTIFICAÇÃO.

NOTIFICAÇÃO Nº. 27476/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 265011

NOTIFICAÇÃO Nº. 27.476 DE 27/06/2011-CONJUR

À: MOLDUART INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

ENDEREÇO: RUA ALACID NUNES, Nº 15-A, BAIRRO: TENONÉ
 CEP: 66.820-020 BELÉM-PA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, FICA MOLDUART INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 34.875.047/0001-10, NOTIFICADO, DE ACORDO COM O QUE CONSTA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 257938/2007, NO QUAL FOI LAVRADO O AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 749/2007, POR ESTAR EXERCENDO ATIVIDADE DE BENEFICIAMENTO DE MADEIRA SERRADA, SEM A DEVIDA LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, NO QUAL A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER JURÍDICO Nº. 4519/2011, NOS TERMOS QUE DISPÕE O ART. 118, I DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/1995, APLICOU A PENALIDADE DE MULTA SIMPLES, NO VALOR DE 7.000 (SETE MIL) UPF'S, CUJO RECOLHIMENTO DEVERÁ SER PROVIDENCIADO NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS, CONTADOS DA DATA DA PUBLICAÇÃO, DE ACORDO COM O PREVISTO NOS ARTS. 115; 119, II; 120, I; 122, I; 131, III E VI; 132, VI, TODOS DA LEI INSTITUIDORA DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE.

ESCLARECENDO QUE A MULTA IMPOSTA PODERÁ SOFRER REDUÇÃO DE 20% (VINTE POR CENTO), CASO SEJA EFETIVADO O PAGAMENTO NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS E A NÃO QUITAÇÃO DO DÉBITO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA NOTIFICAÇÃO, IMPORTARÁ NO ACRÉSCIMO MORATÓRIO DE 1% (UM POR CENTO) AO DIA, CALCULANDO CUMULATIVAMENTE SOBRE O VALOR DO DÉBITO E SUA IMEDIATA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, PARA COBRANÇA JUDICIAL, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 142, PARÁGRAFO ÚNICO E 144, §1º RESPECTIVAMENTE, DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/95. ADEMAIS, PODERÁ SER FEITO O PEDIDO DE PARCELAMENTO DA MULTA IMPOSTA NO PRAZO MÁXIMO DE ATÉ 5 (CINCO) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA NOTIFICAÇÃO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 3º, II E 4º DO DECRETO Nº. 1.117/08. O AUTUADO PODERÁ OFERECER RECURSO AO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DA DATA DA CIÊNCIA DA PRESENTE NOTIFICAÇÃO, PODENDO PRODUIR AS PROVAS QUE JULGAR NECESSÁRIA EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 143 DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/95.

ESTE EDITAL ESTÁ ESTABELECIDO, CONFORME ART. 138, § 1º, INCISO III E § 3º DA LEI ESTADUAL Nº 5.887/95, NÃO CABENDO NOVA NOTIFICAÇÃO.

NOTIFICAÇÃO Nº. 27404/2011

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 265049

NOTIFICAÇÃO Nº. 27.404 DE 22/06/2011-CONJUR

À: M. M. MILANEZ SILVA

ENDEREÇO: RUA VISCONDE DE TAMANDARÉ, SNº, CONJ. 10, LOTE 03 E 04, BAIRRO: ALECRIM

CEP: 68.380-000 SÃO FÉLIX DO XINGU-PA

PELO PRESENTE INSTRUMENTO, FICA M. M. MILANEZ SILVA, CNPJ Nº 04.951.100/0001-54, NOTIFICADO, DE ACORDO COM O QUE CONSTA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.